



## A CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES QUE ENSINAVAM MATEMÁTICA NO ESTADO DO PARANÁ 1971-1982

Reginaldo Rodrigues da Costa

[reginaldo.costa@pucpr.br](mailto:reginaldo.costa@pucpr.br)

(PUC/PR)

### Resumo

O texto que se segue é uma análise preliminar de fontes oficiais obtidas a respeito das ações de capacitação e aperfeiçoamento de professores, desenvolvidas pelo Governo do Estado do Paraná durante o período de 1971 até 1982. O objetivo é apresentar algumas fontes já inventariadas sobre o aperfeiçoamento e a capacitação dos professores que ensinavam matemática, e com isso constituir um acervo de fontes sobre a história da educação paranaense. Inicialmente o texto apresenta algumas considerações teóricas e metodológicas sobre o trabalho a ser desenvolvido com o apoio da historiografia (Félix, 1998), da história da educação matemática (VALENTE, 2005, MATTOS, 2006), da história cultural (CHARTIER, 1988). Consideramos que o estudo esteja contemplado, nessa fase inicial, a obtenção, a organização e a leitura das fontes, o que Certeau (2007) define como operação historiográfica. As fontes aqui descritas compreendem relatórios de Secretários de Governo que atuavam na pasta da Educação, dos documentos relacionados com as normas e regulamentações oficiais do Governo do Estado do Paraná por meio de duas coletâneas de Legislação Educacional (1969 a 1979), dos materiais utilizados e distribuídos aos professores paranaenses durante os cursos de capacitação desenvolvidos pelo CETEPAR, de certificados de participação emitidos aos professores e também dos livros de registros desses cursos. Os dados já identificados e sistematizados até agora, inicialmente, possibilitaram tecer uma linha histórica da capacitação de professores no Estado do Paraná, percebe-se que as ações são contínuas, pois, os governadores, ao longo do período são oriundos de uma mesma organização político-partidária onde existia um alinhamento das ações que foram estabelecidas por meio de acordos e convênios entre o governo estadual e o governo federal. Em relação à formação dos professores de matemática, os dados revelados pelas fontes tratadas até então, mostram uma intenção de habilitar o professor leigo, seja pelo HAPRONT ou pelo LOGOS II, onde os conteúdos de matemática e sua respectiva didática de ensino apontam rastros de fundamentos da Matemática Moderna. O estudo mostrou também que na década de 1970, o Governo do Paraná priorizou a capacitação de professores para a Implantação da Reforma do Ensino de 1º grau, inicialmente, e do 2º grau.

**Palavras-chave:** Capacitação. Aperfeiçoamento. Professores. CETEPAR.

### Introdução

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa de doutoramento que tem como objeto de estudo as ações de capacitação, aperfeiçoamento e atualização de professores que ensinavam matemática no estado do Paraná entre os anos de 1961 até 1982. O período escolhido justifica-se devido ao fato da implementação do Plano Estadual de Educação em 1963, decorrente da Lei nº 4.024/61 no primeiro governo de Ney Braga (1961-1965) e avança até o seu segundo mandato, ainda como governador, entre 1979 e 1982, quando são estabelecidas ações da Política Nacional





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Integrada de Educação, elaborada por Ney Braga enquanto Ministro da Educação e da Cultura, durante a presidência de Ernesto Geisel.

A temática desenvolvida neste estudo já me acompanha há algum tempo, desde minha atuação, enquanto professor e como estudante da pós-graduação, a formação continuada de professores de matemática tem foco nas atividades que desenvolvo. A escolha pela investigação do aperfeiçoamento e treinamento dos professores que ensinavam matemática no Paraná ocorreu a partir do contato com trabalhos que evidenciavam aspecto histórico da Educação Matemática, tanto no âmbito nacional como internacional. Especificamente me interessou os estudos sobre o Movimento da Matemática Moderna, que segundo Valente (2006) surge no Brasil na década de 60.

A possibilidade de decifrar uma realidade, que no meu caso, tornou mais forte a ideia de pesquisar as ações de aperfeiçoamento e de capacitação de professores que ensinavam matemática, desenvolvidas pelo Governo do Estado do Paraná, durante as décadas de 60 e 70, período em que o Movimento da Matemática Moderna teve presença mais evidente e marcante.

As pesquisas realizadas sobre a história da educação matemática não se caracterizam somente como um acúmulo de ideias ou dados, é mais do que isso, é a percepção sobre as transformações e das atividades sociais influenciadas pela veiculação de um conhecimento ao longo do tempo. No que se refere à matemática é também, a relação existente entre o saber científico e saber escolar num dado momento, além da possibilidade de identificar a matemática escolar como uma representação cultural.

Neste trabalho o objetivo é apresentar algumas fontes já obtidas junto ao órgão responsável pela Educação no Estado do Paraná, entre os anos de 1971 a 1982, denominada de Secretaria Educação e Cultura (SEC), a qual era um órgão responsável pelas ações educacionais e culturais e que, mais tarde passou a ser denominada de Secretaria do Estado de Educação e Cultura (SEEC) e, por fim, de Secretaria de Estado da Educação (SEED). O recorte temporal feito nesta trabalho se dá em função da atuação do Centro de Seleção, Treinamento a Aperfeiçoamento de Pessoal do Paraná – CETEPAR, como órgão do governo estadual voltado à capacitação de aperfeiçoamento do professor paranaense.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O trabalho investigativo sobre a história da educação matemática exige novas formas de contar a história, valendo-se das técnicas da história, da história da educação e também da matemática. Já as fontes para um trabalho historiográfico, na história da educação matemática, podem ser os mais variados possíveis. Essa variação poderia contribuir para a compreensão da história e da educação fortalecendo o campo de pesquisa que está em crescimento. Ao iniciar um trabalho deste aspecto o pesquisador-historiador precisa primeiramente localizar as fontes que servirão para subsidiar a pesquisa histórica.

Numa pesquisa sob a perspectiva da historiografia e da educação matemática a compreensão e interpretação de um fenômeno estão diretamente relacionadas com as fontes utilizadas. Chama a atenção daquele que se dispuser realizar uma pesquisa desta amplitude, a importância de localizar as fontes necessárias para compreender os acontecimentos referentes a educação matemática e sua história.

Em se tratando desta pesquisa, sua relevância reside na possibilidade de evidenciar o ideário presente no período das décadas de 60 e 80, das ações de aperfeiçoamento e capacitação docentes pensadas e desenvolvidas com a intenção da melhoria do ensino da matemática. Justifica-se ainda, pelo saber produzido, a fim de corroborar com a compreensão da situação atual da Educação Matemática, bem como, perceber a origem dos problemas atuais do ensino da matemática.

Este tipo de estudo implica na apropriação de técnicas historiográficas próprias do campo da História da Educação. Nesses estudos é necessário questionar sobre as fontes obtidas. Os documentos já localizados são Planos Estaduais de Governo de Educação do período das décadas de 1960 e 1980, permitem questionar se houve ou não uma relação entre os meios de produção da época com os cursos de aperfeiçoamento desenvolvidos.

Os documentos oficiais do Governo possibilitaram apontar quais foram e quando ocorreram as ações de aperfeiçoamento docente, e que contingente de professores participaram desses cursos. Outro dado importante é a identificação do referencial teórico contido nas ações de capacitação, bem como a presença ou não do ideário do Movimento da Matemática Moderna nesses cursos.

O conceito de história que este estudo concebe é aquele que se entende





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga ideia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único – o qual a crítica tinha a obrigação de identificar -, dirige-se às práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo. (CHARTIER, 1988, p. 27)

Esta investigação buscou sustentação teórico-metodológica na perspectiva da história Cultural, entendendo que é preciso esclarecer os rumos metodológicos que serão tomados. É oportuno ressaltar que a pesquisa histórica não intenciona repetir, compilar ou reconstruir, mas produzir um conhecimento histórico a partir da percepção da realidade existente (FÉLIX, 1998). Segundo Valente (2005a):

Os fatos históricos são constituídos a partir de vestígios, de rastros deixados sobre esses traços no presente pelo passado. Assim o trabalho do historiador consiste em efetuar um trabalho sobre esses traços para construir os fatos. Desse modo, um fato não é outra coisa senão o resultado de uma elaboração de um raciocínio, a partir das marcas do passado, segundo as regras de uma crítica. Mas, a história que se elaborar não consiste tão simplesmente na explicação dos fatos (p. 4).

Valente (2005b) também enfatiza que a abordagem histórica não é uma simples narração factual dos fenômenos, mas um processo de “identificação e construção de fontes” que será tratado pelo historiador para responder suas interrogações que permitirão avançar no campo da ciência (p.6).

O campo de investigação da Educação Matemática focaliza sua atenção às pesquisas que pretendem explicar e orientar as diferentes formas de aprendizagem e conhecimento matemático, bem como, demonstrar as novas tendências no ensino desta ciência. Estudos neste campo científico mostram que o processo de ensino e de aprendizagem matemática está repleto de elementos que, quando conhecidos e expostos, tornam-se instrumentos norteadores da prática educativa em matemática.

Os desafios apresentados à Educação Matemática residem basicamente em dois aspectos: a produção de conhecimentos que objetivam a melhoria do ensino da matemática e o desenvolvimento da própria Educação Matemática enquanto campo de investigação e produção de conhecimentos.

Mais recentemente emergem no âmbito da Educação Matemática pesquisas de cunho histórico, iniciando sua constituição enquanto campo de investigação. Mesmo em processo de





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

organização e instituição as pesquisas sob este foco já apresentam contribuições. Segundo Mattos (2006) os primeiros estudos têm divulgação nos anos 90 e atualmente os esforços estão concentrados nas investigações sobre os livros utilizados em Portugal no ensino da matemática e do Movimento da Matemática Moderna. O autor justifica esses estudos da seguinte forma:

É o conhecimento do passado que, ao nos revelar movimentos, ideologias, propostas, soluções, enquadramento simultaneamente semelhantes e distintos do presente, nos permite compreender melhor os porquês do presente e, portanto, agir de forma mais fundamentada (p.13).

A história cultural pretendida, com este estudo, refere-se ao enfoque sobre as práticas de formação inicial de professores que ensinam matemática no ensino de 1º Grau. Acredito que seja possível identificar os mecanismos produtores de conhecimento sobre a formação docente entendida e pretendida para aquele período histórico. Assim sendo, proponho enfocar e trazer “aos nossos olhos” a forma com que essa formação foi recebida e percebida pelos sujeitos que constituíram o universo dessa formação. Segundo Barros “a nova história cultural interessar-se-á pelos sujeitos produtores e receptores de cultura, o que abarca tanto a função social dos “intelectuais” de todos os tipos [...] até o público receptor” (2004, p.45).

Nesta perspectiva, estudos do campo da história cultural tendem a reunir uma diversidade maior de fenômenos, bem como, a interpretação sobre a dinâmica existente entre eles e desvelar as ideologias presentes nas representações e nos comportamentos.

**Cenário da capacitação de professores no estado Paraná (1971-1982): fontes oficiais e suas contribuições**

O que se intenciona constituir a respeito de da capacitação de professores, no período estabelecido no estudo, se deu pela separação das fontes e a partir disso produzir documentos e dados que possam revelar ao menos alguns vestígios e fatos relacionados com as ações do Governo do Estado do Paraná, relacionadas com a capacitação do professor paranaense. Não podemos esquecer que estamos utilizando fontes dos órgãos oficiais e que elas representam o “aparelho” (CERTEAU, 2007) do governo e por isso refletem um discurso predominante do período.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A constituição das fontes utilizadas neste estudo se deu de diversas formas. O processo de obtenção dessas fontes foi semelhante ao processo de garimpagem, onde o pesquisador teve que explorar os locais mais variados possíveis, como: a Biblioteca Pública do Paraná, A biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a biblioteca da Universidade Federal do Paraná, o Centro de Documentação e Informação Técnica – CEDITEC/SEED-PR, que se configura num serviço de documentação e informação educativa que objetiva facilitar o acesso às informações referente à memória técnica da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Em um primeiro contato foi possível levantar alguns documentos denominados Memória Técnica (MT), que na verdade reúnem desde resoluções, decretos secretariais até orientações gerais sobre a educação, ou seja, nessa denominação é possível caber tudo e qualquer informação.

Além da documentação pertencente ao CEDITEC/SEED-PR, foram consideradas ainda quatro coletâneas de Legislação Estadual de Ensino contendo informações sobre aperfeiçoamento e a capacitação dos professores, organizadas em quatro volumes pela FUNDEPAR: o primeiro reúne de forma ordenada (as) leis, decretos, resoluções, portarias, deliberações e ordens de serviço no período de 1964 a 1967, o segundo do ano de 1968, o terceiro de 1969 a 1975 e, por fim, o quarto que reúne os mesmos tipos de documentos do período compreendido de 1976 a 1979. Neste texto utilizo dados e os documentos contidos no terceiro e quarto volumes.

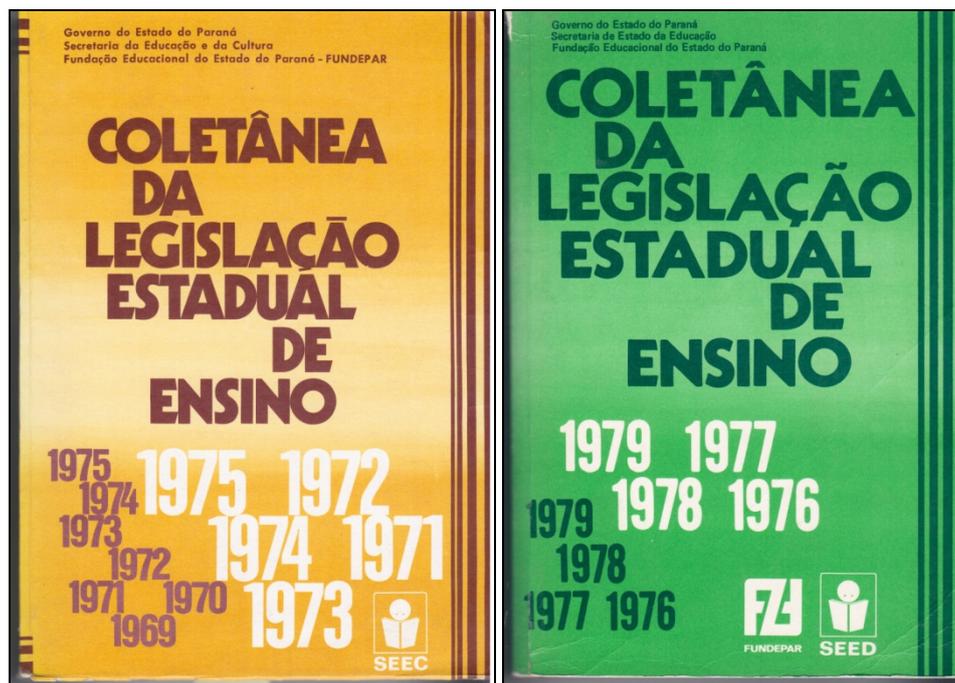
Os dados apresentados foram obtidos a partir de outras fontes que tem relação com as portarias, autorizações e resoluções, contidas nessas duas coletâneas, que proporcionaram a capacitação de professores no Estado do Paraná no período estabelecido neste texto. O passo inicial foi o levantamento de documentos, nessas coletâneas, que autorizavam a realização dos cursos, muitos deles tinham uma resolução específica e que a partir dela derivava várias autorizações sobre o mesmo curso. As resoluções eram relacionadas somente com a Secretaria da Educação e Cultura e com a Fundação de Desenvolvimento Educacional do Paraná – FUNDEPAR.

Já em relação ao CETEPAR, as autorizações e resoluções foram identificadas nos livros de registros dos cursos desenvolvidos por esse órgão, juntamente com os locais e os conteúdos que foram desenvolvidos nesses cursos durante os anos de 1971 e 1982.





Figura 1 – Coletâneas de Legislação Educacional do Paraná



Fonte: Acervo do Pesquisador

Constam nesses volumes, três decretos relacionados com a capacitação de professores, dentre os quais o Decreto 15729 de 26/06/1969 que reza sobre a criação do Centro de Treinamento do Magistério Primário, de acordo com o Artigo 30 da Lei nº. 4978 de 05/12/1964, (e) entrando em funcionamento no ano de 1969. Já o decreto 17145 de 05/11/1969 cria a SENPAR – Simpósio de Educação do Paraná, que deveria ser realizado anualmente na primeira quinzena do mês de dezembro.

Num dado momento do trabalho que aqui se apresenta, tivemos acesso aos livros de registros dos participantes de cursos promovidos pelo CETEPAR a partir do ano de 1972 até 1982. Foi possível identificar a partir dessa fonte, informações sobre os cursos desenvolvidos, o contingente de professores e também a abrangência geográfica dos participantes da capacitação e aperfeiçoamento. É importante ressaltar que a totalidade dos registros avança para além do período determinado neste trabalho e que, poderá ser útil para estudos futuros e também para outras disciplinas escolares.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
 Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Quanto à disciplina de matemática tivemos acesso ao número de professores, aos conteúdos relacionados com o currículo a ser desenvolvido no Ensino de 1º Grau, a metodologia de ensino e a indicação de materiais pedagógicos utilizados para o ensino da disciplina de matemática.

**Figura 2 – Livro de registros dos cursos realizados pelo CETEPAR**

LIVRO Nº 10		
1a. a 4a. avulsos .....	237	
1a. a 4a. Municípios .....	1 443	
Multiplicadores .....	712	
Distritos - 1 978 .....	1 750	
<b>Total Real de Registro</b>	<b>4 142</b>	
Último nº de Registro .....	4 852	
Números que não foram registrados .	- 710	
<b>Total Real de Registro</b>	<b>4 142</b>	
Nºs QUE DEVEM RECEBER REGISTROS		
1989	2235	3400
1990	2236	3401
1991	2237	3402
↓	↓	↓
1998	2334	3999

Fonte: CETEPAR

E por fim o local onde a garimpagem teve mais sucesso: os sebos, lojas que vendem material de leitura já utilizado, ou seja, os livros usados. Percebi que esses locais continham material fabuloso a respeito do tema de tese. Mas os sebos localizados na cidade de Curitiba já não davam mais conta dessa garimpagem, foi neste momento que utilizei da tecnologia para obter fontes por meio da internet. A pesquisa em sites de sebos virtuais permitiu encontrar outras preciosidades que se constituem em dados que agora compõem este trabalho.

E contribuindo para a constituição desse acervo sobre a capacitação e aperfeiçoamento de professores, agregamos também certificados de participação nos cursos desenvolvidos pelo CETEPAR ao longo desses anos e que foram essenciais para esclarecer, principalmente, para revelar os conteúdos que foram desenvolvidos nesses cursos. Ainda, em relação aos conteúdos



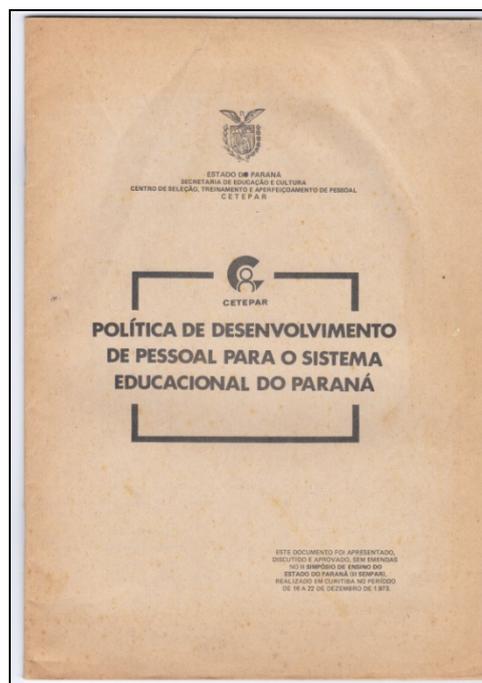


**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
**Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5**

agregamos os materiais didáticos que foram disponibilizados aos professores participantes nesse processo de capacitação.

Para constituir o cenário da capacitação docente no Estado, é preciso entender o papel do CETEPAR nesse processo, pois, na década de 1970 é o órgão do governo que se responsabiliza pela programação, planejamento e execução dos cursos de capacitação. Dentre a documentação oficial, localizada na coletânea de legislação educacional deste período, encontra-se a resolução 1650 de 10/08/1973 a qual aprova o Regimento Interno do Centro de Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal do Paraná – CETEPAR e, que a partir desta, passa a ser o órgão oficial com a finalidade selecionar candidatos ao Magistério Estadual, preparando e formando o candidato para atuar como professores ligados à Secretaria da Educação e Cultura, bem como, prestar assistência técnica para a melhoria da formação de pessoal no país e oferecer treinamento em serviços e outras funções equivalentes, contemplando todos os níveis de ensino.

**Figura 3 – Regulamento do CETEPAR**



Fonte: Acervo do Pesquisador





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A resolução 1030/75 autoriza o Curso de Aperfeiçoamento e Atualização para Docente e Pessoal Técnico–Administrativo do Projeto de Educação Integrada, o qual foi realizado no período de 20 a 25 de outubro de 1975, também indicam os estabelecimentos de ensino, ligados ao sistema estadual de ensino que desenvolveriam o Projeto. Cumpre destacar que, para esse curso, as atividades discentes naquele período foram suspensas. Essas são algumas informações obtidas a partir da legislação estadual relacionada com a capacitação de professores. Esses dados nos orientaram a buscar mais informações sobre os cursos que foram desenvolvidos, e que nos permitiram constituir algumas considerações sobre a capacitação do professor paranaense.

### As fontes e os cursos desenvolvidos pelo governo do estado do Paraná

Pode-se afirmar que na década 1970 a intenção maior do Governo do Estado do Paraná era a Implantação da Reforma do Ensino de 1º Grau. A capacitação e aperfeiçoamento dos professores paranaense estavam voltados, principalmente, para os fundamentos que sustentavam a Lei nº 5692/71. A capacitação de professores resume num único fim; A formação de uma postura que possibilitasse a instituição e manutenção dos princípios sobre a educação e ao ensino, contidos na lei nº 5692/71. Com isso, é planejado o Programa de Implantação da Reforma do Ensino de 1º Grau.

A estratégia utilizada foi a implantação progressiva e gradativa, ou seja, foram constituídos cinco grupo denominados de Expansão que teriam início a Implantação da Reforma entre os anos de 1972 a 1976. O estado do Paraná apresentava uma rede estadual de ensino com aproximadamente 1000 estabelecimentos de ensino no ano de 1971, que justifica, na época, optar por realizar a implantação e conseqüentemente a capacitação a aperfeiçoamento dos professores de forma escalonada e gradativa.

Para a implantação, inicialmente, foram realizados seminários descentralizados para a difusão e atualização sobre a Lei nº 5692/71 nos municípios que faziam parte das áreas denominadas Piloto, Expansão I e Expansão II. Durante o período de dezembro de 1971 a outubro de 1973, participaram deste tipo de capacitação em torno de 7373 professores. Paralelamente ao





processo de divulgação da nova lei e da reforma do ensino, ocorreram cursos para divulgação das Diretrizes Curriculares para os docentes do ensino de 1º grau.

**QUADRO 1: Participantes nos cursos desenvolvidos pelos CETEPAR entre 1971 a 1982.**

ANO	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
1º GRAU	80	737	7118	23323	7261	5200	19174	3760	23358	18622	21577	16155
2º GRAU	-	-	-	472	1099	1372	1823	548	265	171	346	512
TOTAL	80	737	7118	23795	8360	6572	20997	4308	23623	18793	21923	16667

Fonte: Livros de Registros de Cursos e Relatórios do CETEPAR, da SEED, e FUNDEPAR.

A partir desse conjunto de dados é possível estabelecer alguns elementos de análise, de forma preliminar, observando que a elevação no número de cursistas, não segue a razão direta entre o ensino de 1º Grau com o ensino de 2º Grau. O que arriscamos destacar sobre esse fato é a forma de implantação estabelecida pelo governo do Estado do Paraná. A expansão do ensino de 1º grau teve uma maior concentração de suas ações nos anos de 1973 e 1974, quando a maioria dos municípios mais populosos é contemplada com a implantação progressiva da Reforma do Ensino. Já a implantação da Reforma do Ensino de 2º grau, tem uma maior abrangência nos anos de 1975 a 1977, pois a reforma é pensada da mesma forma daquela ocorrida no ensino de 1º grau.

Independente da disciplina de atuação, o professor era convocado para os cursos intensivos. Dois deles, o “Curso de Aperfeiçoamento para Docentes do Ensino de 1º Grau – Atividades de 1ª a 4ª Séries” e o “Curso de Aperfeiçoamento para Docentes do Ensino de 1º Grau – Ciências Matemáticas” tiveram a duração de duzentos e sessenta e quatro horas, constituída de cinco etapas distribuídas, inicialmente, no ano letivo de 1974. Esse curso atendeu nas diversas regiões do estado do Paraná 76 municípios e com a participação de 22.010 professores do ensino de 1º grau.

Essas etapas e seus desdobramentos podem ser observados nos certificados de participação nesses cursos em duas regiões diferentes do estado do Paraná. Além do que, a formação relacionada com a Fundamentação Didático-Pedagógica (80 horas), com o Primeiro e o Segundo Treinamento em Ação (40 horas e 80 horas, respectivamente) e com a Avaliação Final (16





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

horas) é a mesma para os professores que atuam de 1ª a 4ª séries como para aqueles que atuavam de 5ª e 8ª séries do Ensino de 1º Grau.

A Fundamentação Didático-Pedagógica, comum a todos os professores paraenses, apontava os motivos da reforma, inculcando a ideia de que o professor era o elemento responsável pelo sucesso da Implantação da Reforma do Ensino, ou seja, atribuía ao professor a função de “conduzir o educando dentro do espírito da reforma” (CETEPAR, 1975, p. 17).

Além disso, são apresentados os princípios psicopedagógicos necessários para a reforma, as determinações legais da lei nº 5692/71, os fundamentos do planejamento do ensino de 1º Grau, a ação pedagógica por meio de projetos desenvolvidos em sala de aula e por fim a concepção de avaliação e seus instrumentos.

É importante ressaltar que a formação da Área Específica (disciplinas) tem a destinação de 48 horas para os dois grupos de professores, a diferença e a controvérsia se refere ao fato de que o professor que atuava de 1ª a 4ª séries tinha uma formação que compreendia todas as disciplinas num mesmo período de tempo destinado ao professor de 5ª a 8ª séries para sua área específica.





Figura 4: Descrição Sumária do Curso para professores de 1ª a 4ª séries

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CURSO**

Nº DE HORAS/AULA: 264

1ª Etapa — Fundamentação Didático-Pedagógica — 80 h/a

- O Papel do Professor
- O Processo Curricular
- Noções sobre Planejamento
- Objetivos
- Noções sobre Projeto
- Avaliação

2ª Etapa — Primeiro Treinamento em Ação — 40 horas

- Roteiro para Montagem de Projetos a nível de sala de aula
- Conselho de Classe
- Associação de Pais e Professores — APP
- Montagem e Execução de Projeto a nível de sala de aula

3ª Etapa — Área Específica — 48 h/a

- Avaliação da 2ª Etapa — Primeiro Treinamento em Ação
- Conteúdo Específico

1. Comunicação e Expressão
  - 1.1. Objetivos
  - 1.2. Aspectos básicos da matéria
  - 1.3. Características do Planejamento Curricular
  - 1.4. Período de Adaptação
  - 1.5. Alfabetização
  - 1.6. Expressão Oral — Leitura
  - 1.7. Expressão Escrita
  - 1.8. O Ensino da Gramática
  - 1.9. Educação Artística
2. Iniciação às Ciências Matemáticas
  - 2.1. Objetivos
  - 2.2. Período Preparatório
  - 2.3. Metodologia e Técnicas para o Ensino de Problemas
  - 2.4. Conjuntos e Blocos Lógicos
  - 2.5. Sistema de Numeração
  - 2.6. Operações Fundamentais
  - 2.7. Medidas de Tempo, Linear, Capacidade e Massa
  - 2.8. Experiências com Números Racionais
3. Integração Social
  - 3.1. Período Preparatório
  - 3.2. Pesquisa na Ação Escolar
  - 3.3. Critérios e Normas de Ensino
  - 3.4. Sugestões Metodológicas para o Ensino por Experiência
  - 3.5. Ensino por Experiências
  - 3.6. Sugestões e Integração Social
  - 3.7. Tipos de Técnicas
  - 3.8. Excursão
  - 3.9. Mapas de Globos na Integração Social

4ª Etapa — Segundo Treinamento em Ação — 80 horas

- Elaboração e Aplicação de 5 (cinco) tarefas iniciativas
- Divulgação das Diretrizes Curriculares do 1º Grau
- Sugestões de Projetos
- Sugestões de Técnicas de Ensino

5ª Etapa — Avaliação Final — 16 h/a

- Avaliação da 4ª Etapa — Segundo Treinamento em Ação
- Avaliação Final do Curso

<b>REGISTRO NO CETEPAR</b>	
Número .....	3949
Livro nº .....	3
Página nº .....	66
Em .....	10 / 3 / 75

Curso executado pelo CETEPAR  
Autorização Secretarial nº 177/74  
CETEPAR — Rua Cel. Luiz José dos Santos  
nº 1.651 — Telefone: 23-7255.  
Curitiba — Paraná

Fonte: Acervo do Pesquisador





Figura 5: Descrição Sumária do Curso para professores de 5ª a 8ª séries

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CURSO**

Nº DE HORAS/AULA: 264

1ª Etapa — **Fundamentação Didático-Pedagógica** — 80 h/a

- O Papel do Professor
- O Processo Curricular
- Noções sobre Planejamento
- Objetivos
- Noções sobre Projeto
- Avaliação

2ª Etapa — **Primeiro Treinamento em Ação** — 40 horas

- Roteiro para Montagem de Projetos a nível de sala de aula
- Conselho de Classe
- Associação de Pais e Professores — APP
- Montagem e Execução de Projeto a nível de sala de aula

3ª Etapa — **Área Específica** — 48 h/a

- Avaliação da 2ª Etapa — Primeiro Treinamento em Ação
- **Conteúdo específico de Ciências Matemáticas** — 5ª a 8ª séries

Fundamentação Didático-Pedagógica da Área Específica de Ciências Matemáticas.  
O método científico no estudo das Ciências  
Objetivos — formulação, classificação e elaboração  
Seleção de conteúdos de 5ª a 8ª séries do 1º Grau  
Avaliação — formas de avaliação  
— avaliação por objetivos

4ª Etapa — **Segundo Treinamento em Ação** — 80 horas

- Elaboração e Aplicação de 5 (cinco) tarefas-iniciativas
- Divulgação das Diretrizes Curriculares do 1º Grau
- Sugestões de Projetos
- Sugestões de Técnicas de Ensino

5ª Etapa — **Avaliação Final** — 16 h/a

- Avaliação da 4ª Etapa — Segundo Treinamento em Ação
- Avaliação Final do Curso

REGISTRO NO CETEPAR	
Número .....	2231
Livro nº.....	4
Página nº.....	49
Em .....	20/5/75

Curso executado pelo CETEPAR  
Autorização Secretarial nº 177/74  
CETEPAR — Rua Cel. Luiz José dos Santos,  
nº 1.651 — Telefone: 23-7255.

Fonte: Acervo do Pesquisador

Esse curso com algumas variações de carga horária e também na fundamentação e orientação metodológica na área específica foram desenvolvidos nos anos de 1974, 1975<sup>1</sup>, 1976, 1977 e 1978. Segundo a análise preliminar que a FUNDEPAR realizou no ano de 1981 “a Secretaria da Educação, com execução e supervisão do CETEPAR, [...], promoveu, entre 1971 e 1980, 109

<sup>1</sup> Neste ano os professores que ensinavam matemática de 5ª a 8ª séries foram agrupados com os professores que ensinavam ciências. Isto foi possível de esclarecer quando verificado nos registros dos livros do CETEPAR, os nomes dos professores de matemática participantes desta pesquisa, listados no num único grupo de registros denominado CIÊNCIAS.



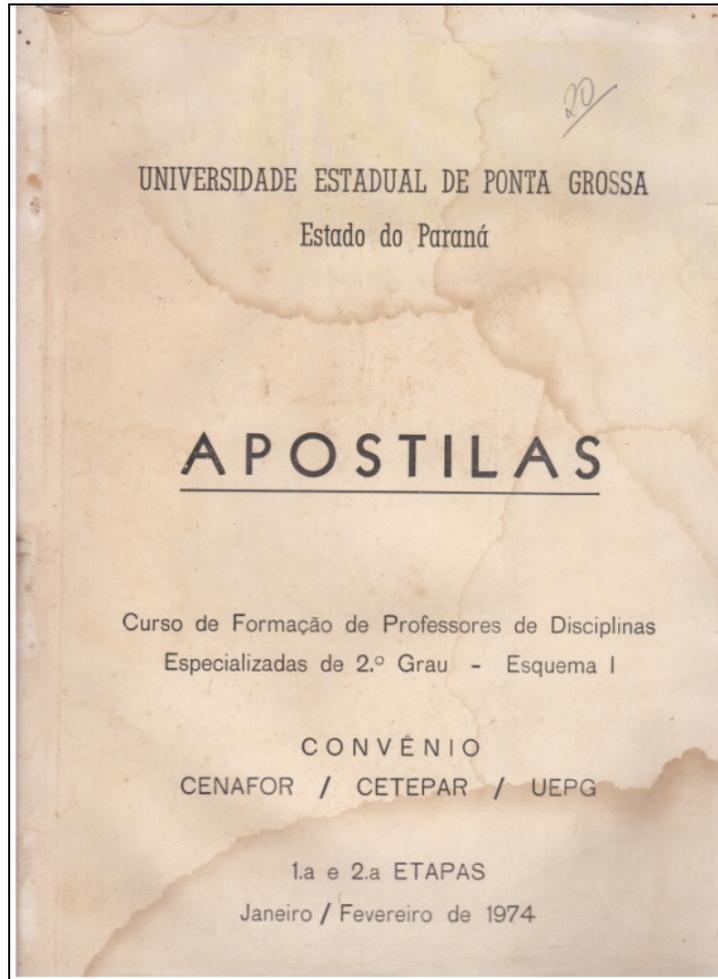


**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

“cursos para o ensino de 1º grau, gerando um total de 102.255 oportunidades de treinamento” (FUNDEPAR, 1981, p. 34).

Como ação de continuidade de Implantação da Reforma do Ensino, o Governo do Estado do Paraná estabeleceu um convênio com a Universidade Estadual de Ponta Grossa para a realização do Curso de Formação de Professores de Disciplinas Especializadas de 2º Grau.

**Figura 6 – Material do Curso de Formação de professores de 2º Grau**



Fonte: Acervo do Pesquisador

Este projeto, o Curso de Formação de Professores de Disciplinas Especializadas de 2º Grau, instituiu ações relacionadas com o planejamento curricular e a reestruturação do sistema de ensino para atender a Lei 5962/71 e, um dos projetos definia as diretrizes para Formação Pedagógica no Ensino de 2º grau.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Já no relatório de 1975 elaborado por Cândido Manuel Martins Oliveira, então Secretário do Estado da Educação do Paraná, no capítulo relacionado com o desenvolvimento de recursos humanos a orientação contida é a mesma da Lei 5692/71, ou seja, que o “aperfeiçoamento de recursos humanos constitui problemas dos mais complexos a enfrentar, em um programa de atualização e expansão do ensino de 1º e 2º graus” (p. 95). Segundo o Secretário “foi desencadeado um processo de treinamento sem precedentes na história da educação do Paraná, tendo sido, durante os anos de 1973 a 1974, treinados 49.133 professores e pessoal técnico – administrativo” (p. 96).

### A formação do professor leigo no estado do Paraná: o Projeto Logos ii e o Projeto Hapront

O Projeto Logos II é instituído devido ao problema relacionado com a formação de professores, pois em 1972 diagnosticou que cerca de 150 a 200 mil professores leigos, de acordo com o Departamento de Ensino Supletivo do Ministério da Educação e Cultura (DSU/MEC), estavam em exercício do magistério para as quatro primeiras séries do 1º grau no território nacional. Além disso, o nível de escolaridade destes professores estava entre 4ª e 8ª série do 1º grau.

A Deliberação nº 018 de 07 de junho de 1979 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná estabelece normas próprias para a aprovação, execução e titulação de professores leigos que atuavam nas 1ª a 4ª séries do 1º Grau, por meio do Projeto LOGOS II.

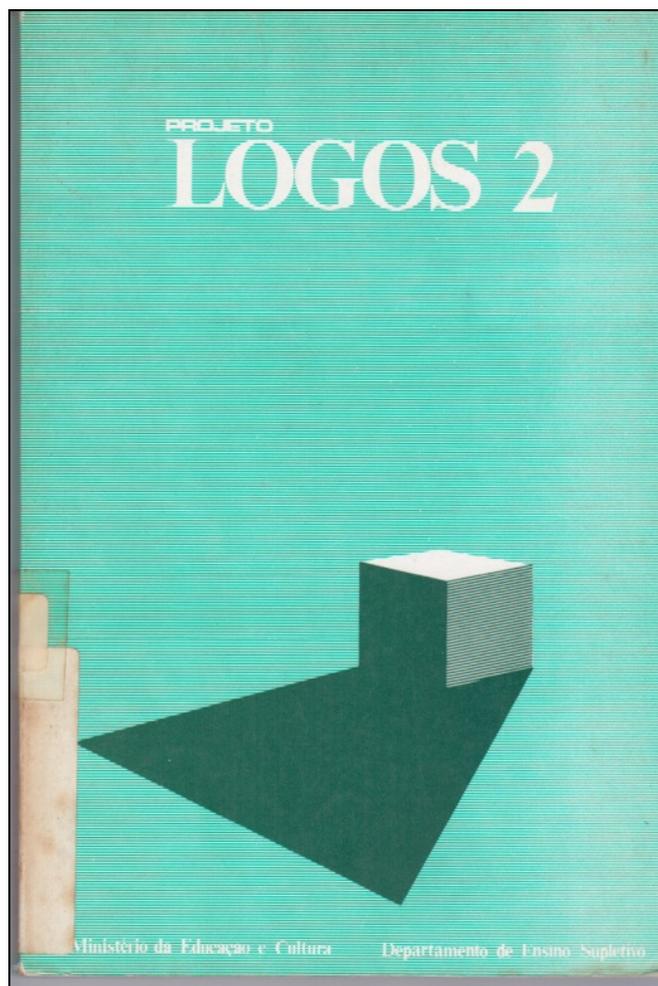
A partir destes dados o DSU/MEC em uma ação supletiva tentou resolver o problema testando o projeto. O LOGOS I, com metodologia e técnica de ensino-aprendizagem na modalidade à distância para qualificar estes professores em um processo de 12 meses em nível de 1º grau.

A metodologia do Projeto LOGOS I foi considerada eficiente em seu caráter técnico e a utilização desta metodologia era própria para qualquer formação ou aperfeiçoamento de professores, ou seja, o contexto de atuação do professor era considerado o laboratório para a observação e aplicação.





Figura 7 – Projeto LOGOS II



Fonte: Acervo do Pesquisador

Segundo a PROCARTA o número de professores não titulados atingia aproximadamente 300.000 que atuavam nas quatro primeiras séries de 1º grau, a partir destes dados verificou-se a necessidade do projeto LOGOS II para as unidades federais. O Projeto LOGOS II iniciou suas ações nos estados da Paraíba, Paraná, Piauí e Rio Grande do Norte e território Federal de Rondônia.

Para a metodologia do LOGOS II foi utilizada a mesma do Projeto LOGOS I, objetivando a aquisição de conhecimentos e a formação de habilidades, oferecendo subsídios para a ampliação do conhecimento. Quanto aos fundamentos básicos são propostas atividades diversificadas. No aspecto didático previam a possibilidade do cursista estabelecer seu próprio ritmo e experiências para o estudo pessoal, sendo que os encontros com o orientador da aprendizagem aconteciam





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

uma vez por mês ou quando havia necessidade do cursista para realizar esclarecimentos de dúvidas, aplicação de testes, discussões para o crescimento pessoal – social.

Este projeto foi destinado exclusivamente para professores que estavam no exercício do magistério e sem habilitação, atuando nas quatro primeiras séries do 1º grau, com instrumentos legais oferecendo condições para a realização de acordo com a Lei nº. 5.692/71 e os Pareceres nº. 699/72, 853/71, 45/72 e 349/72.

Seu sistema operacional era dinâmico e flexível em sua estrutura básica, onde a maleabilidade era uma das principais características, pois conforme o projeto, sempre que se atinge um objetivo, sua função deixa de existir seus recursos são dispensados ou transmitidos para outra função de acordo com o esquema de funcionamento até o alcance de seus comportamentos terminais.

Baseado no núcleo comum do 2º grau, o currículo do Projeto LOGOS II norteava a atuação do professor em sala de aula em quatro aspectos interdependentes:

- a compreensão do aluno, resultante de conhecimento de sociologia, biologia e psicologia;
- a observação do aluno, baseada em técnica de observação, comparação e registro de comportamentos;
- o ajustamento do aluno, decorrente do estudo de metodologia e orientação;
- a ação do aluno, pelo emprego adequado de técnicas de trabalho individual, em grupo ou em atividades comunitárias. (1975 p. 51):

No plano Curricular, após a aplicação de testes para a identificação de estágios de conhecimento e o perfil da clientela os conteúdos mínimos das disciplinas eram fixados. De acordo com o Projeto LOGOS II (1975, p. 55) os conteúdos mínimos de formação especial deviam figurar obrigatoriamente: Fundamentos da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau e Didática, incluindo Prática de ensino.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Os princípios utilizados como fundamentação são os da instrução personalizada, com ênfase no autocontrole da aprendizagem. O projeto se respaldava legalmente na Lei 5692/71 e nos pareceres nº 699/72, 853/71 e 349/72 utilizando-se dos cursos de suplência para efetivar sua realização e apontando benefícios de tais empreendimentos ao indicar o número de 1.836 alunos beneficiados com o Projeto.

No estado do Paraná o projeto foi descentralizado em sete núcleos para atender um total de 1200 professores leigos. O curso organizado em módulo tinha um total de 3480 horas. Constituído por uma parte denominada de Educação Geral com 1330 horas e outra denominada Formação especial com 2150 horas. A matemática estava inserida nas matérias de Ciências, com 250 horas e a Didática da Matemática na parte especial com 100 horas.

Em relação a disciplina de matemática, o material utilizado era organizado em forma de módulos de 25 horas enfatizando o estado de prontidão do aluno em relação ao ensino da matemática, considerando os diversos conteúdos. Isto é observado quando se considera as oito apostilas elaboradas.





Figura 8 – Apostila de didática da Matemática



Fonte: Acervo do Pesquisador

Dá a impressão de que há uma linearidade e uma cristalização em relação aos temas, pois em edições de 1984 os conteúdos são os mesmos selecionados no início de sua implementação. Ao que tudo indica, o ideário do Movimento da Matemática Moderna é considerado como possibilidade de aprendizagem da matemática. Isto porque, na verificação do referencial utilizado nesse material, observa-se que versava sobre a matemática moderna, seja em relação aos conteúdos característicos desse ideário como a teoria dos conjuntos, seja na fundamentação teórico-metodológica sobre o ensino da matemática.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Em 25 de outubro de 1976 foi aprovado o projeto HAPRONT – Habilitação de Professor não Titulado nos termos do Parecer nº. 212/76 do Conselho Estadual da Educação e sua execução ficaram a cargo do CETEPAR (Del. 045/76).

No que diz respeito ao Projeto HAPRONT, que teve início no Paraná em 1976, o objetivo era elaborar um modelo de curso para habilitação a distância de professores não titulados em nível de 2º grau onde estão em exercício de 1ª a 4ª série.

O projeto visava a capacitação de recursos humanos para o ensino de 1º grau onde se verificava a falta de competência de professores não titulados. Através desse projeto buscou-se habilitar esses professores através do ensino a distância, adotando novas metodologias para a atuação nas primeiras séries, de modo a obter melhor formação desses profissionais. Os dados oriundos da pesquisa “Qualificação do corpo docente do ensino de 1º grau” apontaram o número de 25.094 professores leigos, ou seja, professores atuantes no sistema educacional paranaense sem a formação específica na área ou na disciplina de atuação.

Para a grade curricular, foi criado um documento chamado Modelo de habilitação de professores de 1º grau em nível de 2º grau preparado por técnicos da CODEN. O funcionamento das matérias do curso de habilitação para o magistério tendo como base para sua elaboração 254 módulos de ensino do curso, obedecendo à legislação em vigor. Para a execução do Projeto HAPRONT foi criado um cronograma das ações e elaboração do manual para a atuação do pessoal envolvido e suas competências. A grade curricular era composta de disciplinas de educação geral e de educação especial num total de 2.460 horas para o nivelamento e de 2.900 horas para a habilitação.

Segundo o Relatório HAPRONT (1976-1979) o curso ocorreu em fevereiro de 1976, com a participação de 22 professores especialistas em diferentes áreas de ensino. O curso foi realizado no CETEPAR e ministrado pelo professor Fernando Pizza, mestre em tecnologia instrumental, enviado pelo MEC/DEF – CODEN.

Para que o Conselho Estadual de Educação aprovasse o Projeto HAPRONT foram postas condições, tais como testes periódicos além daqueles que já ocorriam nos módulos instrucionais das disciplinas que faziam parte do currículo proposto para o curso. No início do Projeto os módulos foram divididos em quarenta etapas que deveriam ocorrer a cada quatro meses. No que

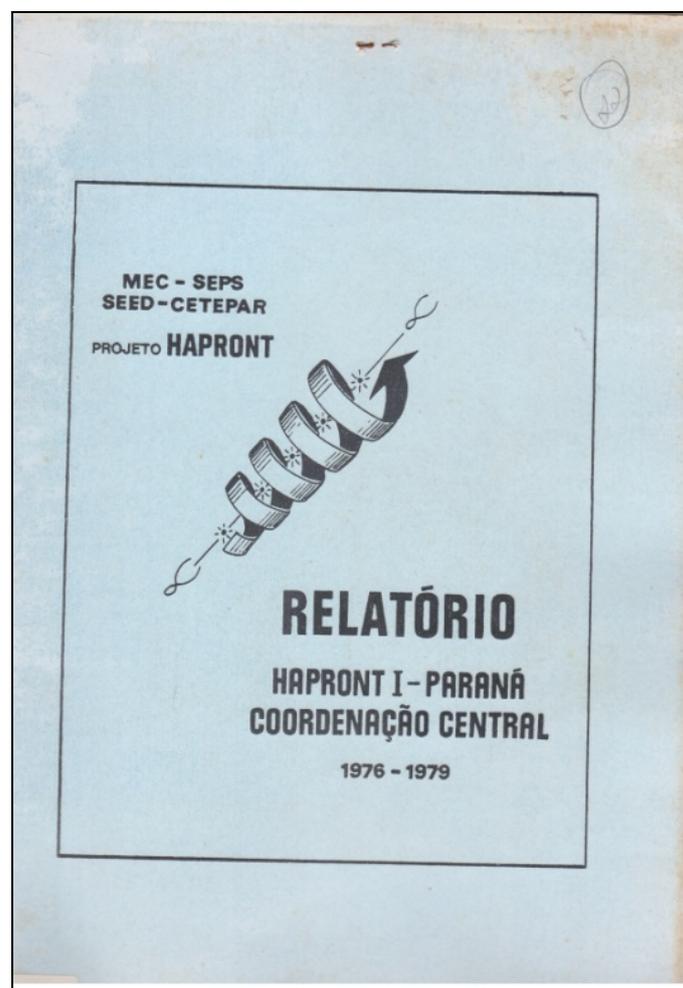




**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

diz respeito a matemática, os primeiros testes não tiveram resultados satisfatórios: Ao comparar o 1º com o 3º teste, verificou-se que no 1º teste, 56% dos cursistas não atingiram o desempenho esperado, já no 3º teste, este número caiu para 28%. Em relação à didática da matemática foram feitas duas avaliações, ambas com resultado satisfatório, o que mostra que havia um domínio maior da parte pedagógica e que se exigia um preparo maior na parte específica, ou seja, nos conteúdos matemáticos.

**Figura 9 – Relatório do Projeto HAPRONT**



Fonte: Acervo do Pesquisador

Dados do relatório HAPRONT (1976-1979) apontam que inicialmente o curso atendeu 1020 professores e, após dois anos em 1978, o número de cursistas era de 797. A explicação, segundo o





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

relatório, entre outras, foi a migração de muitas famílias no período para os estados do Mato Grosso, Acre e Rondônia (PARANÁ, 1979, p. 38). Ao final do curso a evasão era da ordem de 29.3% em 1979, totalizando 721 professores.

Nesses dois projetos, HAPRONT e LOGOS II, quanto ao ensino da matemática, foi possível identificar vestígios do Movimento da Matemática Moderna, quando constatamos referências de Zoltan Dienes, Manhúcia Liberman, NEDEM (Núcleo de Estudos e Difusão do Ensino da Matemática) e Rizza Porto, autores e atores principais do Movimento da Matemática Moderna.

Neste período, no Estado do Paraná, é possível observar ações conjuntas entre a Secretaria de Educação e Cultura e instituições de Ensino Superior. Um exemplo é o convênio instituído em 12/12/1972 entre a SEEC e a Universidade Federal do Paraná, que objetivava a intensificação e elaboração de projetos e pesquisas para implantação da Lei nº 5692/71.

### **Considerações preliminares**

Ao que tudo indica a Educação no Paraná, assim como todo o Brasil, sofreu uma verticalização das políticas pensadas por organismos externos. Isto é possível de se afirmar quando a Lei nº. 4024/61 atende a Carta de Punta del Este para erradicação do analfabetismo. Entretanto, ao instituir acordos com órgãos internacionais, restringe suas políticas às ideias e influências desses agentes para o cenário brasileiro educacional. E isto não foi diferente com o Paraná, quando assumiu convênios com o Governo Federal para instituir suas políticas educacionais. Essas influências permearam a capacitação de professores, seja na década de 1960 ou na década de 1980, quando observamos, então, uma prescrição de referenciais e sua adoção nos cursos desenvolvidos pela Secretaria de Educação e Cultura do Paraná.

A análise dos relatórios revela um discurso em que as realizações efetuadas assumiam proporções sem precedentes, os quais, não foram suficientes para minimizar os problemas relacionados com a atuação e aperfeiçoamento dos professores de matemática daquela época.

Outro aspecto a ser considerado é que os referenciais que sustentavam a didática da matemática desenvolvida no Paraná, tanto no LOGOS II como no HAPRONT, tinham alicerces no ideário do MMM. Resta agora, buscar vestígios a respeito da atuação, se é que houve, da CADES





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

nesses cursos de aperfeiçoamento, e também, do desenrolar dos cursos de habilitação do LOGOS II e do HAPRONT, pois não se sabe se eram cursos distintos ou se o HAPRONT era uma adaptação de do projeto original LOGOS II.

Há ainda muitos aspectos a serem analisados no que diz respeito ao aperfeiçoamento de professores de matemática no estado do Paraná. Identificou-se a realização de dois cursos de aperfeiçoamento em todas as disciplinas específicas do currículo básico desenvolvido pelo CETEPAR durante todo o ano de 1974, inicialmente, com uma duração de 264 horas, cada um deles. No caso da matemática verificou-se, com base em certificados expedidos aos participantes do Curso de Aperfeiçoamento para docentes do ensino de 1º grau, em Ciências Matemáticas – 5ª a 8ª séries, um o curso que abordava o método científico para a disciplina de matemática.

De forma, preliminar, os documentos e as fontes até agora inventariadas e utilizadas na investigação sobre o aperfeiçoamento e capacitação dos professores paranaenses entre os anos de 1961 a 1982, principalmente na década de 1970, mostrou que independente da realidade da escola, dos alunos e de seus professores, a ação maior era a implantação da lei nº 5692/71 de forma intensa, objetivando a inculcação dos seus princípios e fundamentos ao contingente do magistério do Paraná.

### Referências

BARROS, José D’Assunção (2004). O campo da história: especificidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes.

BARROS, José D’Assunção (2006.). Projeto em História. Petrópolis. RJ: Vozes.

BRASIL (1981). PROJETO LOGOS II - Didática da Matemática. 3 ed. 8 v. SEPS/MEC Brasília: CETEB.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHARTIER, Roger (1988). A história cultural. Algés: DIFEL 82.

FÉLIX, Loiva Otero (1998). História e memória: a problemática da pesquisa. Passo Fundão: Ediupf.

MATTOS, José Manuel (2006). História do Ensino da matemática em Portugal: constituição de um campo de investigação. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 18, p. 11-19, maio/agos.

OLIVEIRA, Cândido Manuel Martins. Política da Educação, utopia e realidade. Curitiba. Grafipar, 1975.

PARANÁ. Política de desenvolvimento de pessoal para o sistema educacional do Paraná. Curitiba: CETEPAR, 1973





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

PARANÁ. Relatório HAPRONT: Didática da Matemática. Curitiba: MEC/DEF/SEEC/CETEPAR, 1976.

PARANÁ (1979). Coletânea da Legislação Estadual de Ensino 1969-1975. Curitiba: SEEC.

PARANÁ (1979). Coletânea da Legislação Estadual de Ensino 1976-1979. Curitiba: SEED.

PARANÁ. Projeto HAPRONT. Curitiba: MEC/DEF/SEEC/CETEPAR, 1979.

PARANÁ, FUNDEPAR. Análise preliminar dos dados sobre a evolução do ensino regular na rede estadual de ensino 1971-1980. Curitiba: 1982.

VALENTE, Wagner Rodrigues. História da Educação Matemática: interrogações metodológicas. Lisboa, 2005a, (mimeo).

\_\_\_\_\_ Filósofos e história da filosofia, pedagogos e história da educação matemática e história da matemática: as muitas histórias não-históricas. Seminário Nacional de História da Matemática. UNB – Brasília: 2005B (mimeo).

